si próprio, à medida que acompanha o desenrolar de questões relevantes que são levantadas página a página ao longo do texto, de um modo sólido e profundo.

É um livro que se recomenda, sugerindo-se ao leitor que acompanhe a evolução da obra com a sua participação contínua: deixando as fronteiras que muitas das vezes limitam a capacidade de pensamento e abrindo passagens para o exterior que, por vezes, não é explorado.

Paulo Almeida Pereira

Samuel P. HUNTINGTON, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1996, 367 p. (ilustrado com quadros, figuras e mapas)

Samuel P. Huntington apresenta um vasto currículo pois, além de professor universitário (em Harvard, Estados Unidos da América do Norte) e investigador, é autor de vários trabalhos, preside a instituições que se dedicam à investigação nas áreas da Política Internacional e dos Estudos Estratégicos e fundou a revista *Foreign Policy*, da qual é co-editor.

Começou por publicar um artigo, no verão de 1993, precisamente intitulado «The Clash of Civilizations» (revista *Foreign Affairs*). Segundo os editores desta, nenhum dos artigos nela publicados, desde 1940, havia provocado tanta discussão, ao longo de três anos. O interesse da temática, por um lado, e a discussão e controvérsia a que o artigo deu origem, por outro, induziram Huntington a desenvolvê-la e aprofundá-la, o que é feito na presente obra.

O autor, logo no prefácio (p. 13-14), esclarece a perspectiva adoptada: «Este livro não tende ser um trabalho de ciência social. Procura, antes, fazer uma interpretação da evolução das políticas globais depois da Guerra Fria. Ele aspira apresentar uma estrutura, um paradigma, para analisar as políticas globais, que sejam significativos para académicos e úteis a decisores políticos».

O livro está estruturado em cinco partes e doze capítulos. Na I parte, são destacadas as transformações verificadas nas políticas e nas relações internacionais, desde os finais da Guerra Fria (inícios dos anos 1990). Como ponto fulcral dessas transformações surge o papel preponderante que a *cultura* passou a desempenhar nas relações internacionais (p. 19). Antes de prosseguir, convirá sublinhar os sentidos atribuídos pelo autor aos conceitos de *cultura* e *civilização*. Para o autor, o respectivo sentido é análogo, quanto à sua natureza, sendo diferente apenas no que concerne à amplitude. Assim, utiliza o termo *cultura*, quando se refere a grupos ou povos de âmbito mais restrito, e o termo *civilização*, ao reportar-se a áreas mais vastas, englobando cada civilização várias culturas. Assim, afirma: «O tema cen-

tral deste livro é que, cultura e entidades culturais – que, a um nível mais amplo, são entidades civilizacionais – são moldadas por modelos de coesão, desintegração e conflito, no mundo pós-Guerra Fria» (p. 20). E acrescenta, noutra passagem: «Uma civilização é assim o mais amplo agrupamento de pessoas que sintetiza o que distingue os humanos de outras espécies. Ela é definida, por um lado, por elementos objectivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições; por outro, pela própria identificação subjectiva das pessoas» (p. 43).

Como consequência da função relevante que a cultura/civilização passou a desempenhar no contexto das relações internacionais, o autor acrescenta: «Pela primeira vez na história, as políticas globais tornaram-se multipolares e multicivilizacionais» (p. 21). Assim, a rivalidade entre superpotências – característica do período da Guerra Fria – é substituída pelo choque de civilizações (p. 28).

Nos capítulos 2 e 3, além da interessante análise da “natureza das civilizações” (p. 40-48), Huntington refere-se às relações entre civilizações e à distinção entre os conceitos de “modernização” e de “ocidentalização”. Acerca das relações do Ocidente com outras civilizações, são apontados, ainda que sucintamente, o verso e o reverso da medalha. Quanto aos aspectos positivos, sublinha o autor: «Por 1500, o Renascimento da cultura europeia apontava o caminho certo no sentido do pluralismo social, expandindo comércio e processos tecnológicos, fornecendo a base para uma nova era de políticas globais» (p. 50). Quer dizer: a “aldeia global”, de que hoje tanto se fala, começou a formar-se nos séculos XV-XVI, fundamentalmente graças aos contributos de Portugueses e Espanhóis, com as suas viagens de exploração ultramarinas. No entanto, nem tudo foi positivo. Segundo o autor, «Durante quatrocentos anos, as relações intercivilizacionais consistiram na subordinação de outras sociedades à civilização ocidental» (p. 50). Para isso, a superioridade tecnológica foi decisiva. Recordem-se aspectos como os transportes, o material bélico, a disciplina, a logística e os cuidados de saúde, que deram ao Ocidente grande supremacia, sobretudo após a Revolução Industrial. E acrescenta o autor: «O Ocidente venceu o mundo não pela superioridade nas ideias, valores ou religião (à qual poucos membros de outras civilizações foram convertidos), mas mais pela sua superioridade em aplicar violência organizada». E remata Huntington: «Os ocidentais muitas vezes esquecem-no; os não ocidentais nunca o esquecem» (p. 51).

No que diz respeito às diferenças entre *modernização* e *ocidentalização*, o autor defende a seguinte tese: praticamente todos os povos estão receptivos à modernização, dado que esta envolve: «industrialização, urbanização, aumento dos níveis de literacia, educação, saúde, mobilidade social e mais complexas e diversificadas estruturas ocupacionais» (p. 68). Contudo, modernização não implica, necessariamente, ocidentalização. Como afirma o autor, «o mundo está a tornar-se cada vez mais moderno, mas menos ocidentalizado». Povos, possuidores de antigas, ricas e sólidas culturas – por exemplo, China, Japão e Índia –, pro-

curam conciliar os benefícios da modernização com os princípios e valores tradicionais do respectivo património cultural. Recordem-se, apenas a título de exemplo, o sentido de cooperação, dedicação e disciplina, que caracterizam a cultura de empresa nipónica e, bem assim, a adaptação de determinados princípios do Confucionismo à gestão empresarial chinesa da actualidade.

A II parte da obra é dedicada à alteração do equilíbrio entre civilizações. Começando, embora, por aludir às duas perspectivas, mais em voga, sobre a forma de encarar o Ocidente (triumfante e dominador, para uns, ou em declínio, perante o ressurgimento de outras civilizações, para outros), Huntington acaba por tomar posição, declarando expressamente: «A idade do Ocidente dominante terminará. E, enquanto se assiste ao eclipsar do Ocidente e ao despertar de outros centros de poder, está a promover-se um novo processo de indigenização e o ressurgimento de culturas não ocidentais» (p. 91). Acerca das relações entre economia, cultura e poder, acrescenta o autor: «O comércio pode não seguir as bandeiras, mas a cultura quase sempre segue o poder» (p. 91).

Em seguida (capítulo 5), é analisado o papel desempenhado pela economia e pela demografia, na referida alteração do equilíbrio internacional. Os dois subtópicos privilegiados pelo autor são: a *afirmação da Ásia* e o *ressurgimento islâmico*. No que concerne à Ásia, pode ler-se: «O desenvolvimento económico da Ásia Oriental tem sido um dos mais significantes desenvolvimentos do mundo na segunda metade do século XX». Tendo principiado pelo Japão (anos 1950), alastrou depois aos «quatro Tigres (Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Singapura) e, seguidamente, à China, Tailândia, Malásia, Indonésia, estando a chegar também às Filipinas, à Índia e ao Vietnam [...]». De acordo com a maior parte das estimativas, a economia chinesa tornar-se-á a maior do mundo nos princípios do século vinte e um» (p. 103) [outras previsões apontam para 2025-2050]. Do ponto de vista da demografia, recorda-se que a população chinesa já corresponde a mais de um quarto do total da população mundial (*The Psychology of the Chinese People*, ed. por Michael Harris Bond, Oxford University Press, 1987, p. VII). O autor destaca ainda, como factores favoráveis para o desenvolvimento dos referidos países, os princípios e valores das respectivas culturas, cujos reflexos se verificam no comportamento humano, a nível da gestão e laboral (p. 108).

Relativamente ao mundo islâmico, alude a um certo esforço na procura da identidade, estabilidade e legitimidade, aliado ao desenvolvimento do poder, partilhados pelos respectivos países. Como consequência, tem-se verificado: «aceitação da modernidade, rejeição da cultura ocidental e recomendação para que o Islão constitua o guia para a vida, no mundo moderno» (p. 109-110). Elevadas taxas de crescimento demográfico têm facilitado o movimento de emancipação descrito. Em alguns casos, como é sabido, aquele tem enveredado por formas mais radicais, eivadas de um certo fundamentalismo.

Na III parte (“A ordem emergente das civilizações”), volta a acentuar-se a estreita relação entre cultura, política e economia. Assim, afirma o autor: «Povos e países com culturas similares estão a aproximar-se. Povos e países com diferentes culturas estão a afastar-se» (p. 125). E prossegue: «Homens de negócios lidam com pessoas que eles possam compreender e em quem passam acreditar; os Estados cedem soberania a associações internacionais, compostas por Estados que partilhem as mesmas opiniões, que compreendam e nos quais confiem. As raízes da cooperação económica estão na cultura comum» (p. 135).

Obviamente que as relações internacionais, embora tendo como condicionantes e como pano de fundo civilizações, continuam a passar por Estados, cujo protagonismo ainda é importante. O autor refere-se, por isso, a “core States” (Estados nucleares), entre os quais inclui os Estados Unidos, a Alemanha e a França (no Ocidente), o Japão e a China (no Oriente), o Brasil (na América do Sul) e a União Sul Africana (na África). Os referidos Estados nucleares (bem como outros, não mencionados) integram outros Estados, em círculos definidos por uma certa identificação cultural.

A despeito de o autor não ser muito preciso acerca do número de civilizações que considera mais importantes (seis ou sete), deduz-se da sua exposição que aquelas não se afastam muito, por um lado, dos seis maiores poderes identificados por Henry Kissinger (Estados Unidos, Europa, China, Japão, Rússia e, provavelmente, Índia) e, por outro, das maiores religiões do mundo (Cristianismo Ocidental, Igreja Ortodoxa, Induísmo, Budismo, Islão, Confucionismo, Taoísmo e Judaísmo). Contudo, devido, provavelmente, ao facto de se verificar uma tendência notória para a alteração das posições relativas entre os Estados Unidos e o Extremo Oriente (perda de protagonismo daqueles, em favor de uma rápida ascensão de países desta área), o autor compara, frequentemente, as características essenciais das respectivas civilizações. Atente-se, pois, na seguinte passagem: «Muitas sociedades asiáticas [essencialmente em virtude da influência do Confucionismo] acentuam os valores da autoridade, hierarquia, a subordinação dos direitos e interesses individuais, a importância do consenso, o evitar da confrontação, o “saving face” e, em geral, a supremacia do Estado sobre a sociedade e da sociedade sobre o indivíduo. Além disso, os Asiáticos tendem a pensar a evolução das suas sociedades em termos de séculos e milénios e a dar prioridade e a maximizar os ganhos a longo prazo. Estas atitudes contrastam com a primazia das crenças americanas de liberdade, igualdade, democracia e individualismo; contrastam igualmente com a propensão americana para desconfiar do governo, se opor à autoridade, promover inquéritos e averiguações, encorajar a competição, santificar os direitos humanos e a esquecer o passado, ignorar o futuro e a atender à maximização dos lucros imediatos. As fontes de conflito estão nas diferenças fundamentais, existentes na sociedade e na cultura» (p. 225).

A concluir (p. 321) – e após a análise de outros temas interessantes, como o da emigração e seu papel, no passado e no futuro –, o autor deixa uma palavra de apreensão, mas também de esperança. Assim, escreve Samuel P. Huntington: «O futuro da paz e da civilização dependem da compreensão e cooperação entre os líderes políticos, espirituais e intelectuais das maiores civilizações do mundo [...]. Na era emergente, choques de civilizações são a maior ameaça à paz mundial, sendo uma ordem internacional, baseada nas civilizações, a mais segura salvaguarda contra a guerra mundial».

Como se deduz do que, sumariamente, se acaba de expor, a leitura da presente obra é deveras estimulante e apresenta inúmeros motivos para reflexão. O autor, socorrendo-se de uma vasta cultura (a vários níveis: história política e sociologia, economia, política internacional, história militar e geoestratégia, história das religiões, etc.), reflecte e leva-nos a reflectir sobre algumas das questões mais candentes desta transição, do segundo para o terceiro milénio. Obviamente que as suas teses – como, aliás, todas – serão discutíveis. Porém, as reflexões críticas que faz, os cenários que conjectura e as estreitas relações, entre passado, presente e futuro, que se esforça por esclarecer, constituem um contributo positivo para uma área de investigação ainda relativamente nova, baptizada de “Futures Research” (T. Harrell Allen, *New Methods in Social Science Research. Policy Sciences and Futures Research*, Nova Iorque, Praeger Publishers, 1978). Trata-se, basicamente, de «qualquer actividade que aumente a nossa compreensão acerca das consequências futuras das decisões tomadas no presente e das respectivas políticas» (T. Harrell Allen, *op. cit.*, p. 75).

Para terminar, apenas uma sugestão e um voto: que, entretanto, alguma instituição ou editora promova a tradução da presente obra, para que se torne acessível a um público mais vasto. Espero que não lhe suceda o mesmo que a outras, verdadeiramente clássicas (de autores como, entre outros, Colin Clark, T. S. Kuhn ou Arno Mayer), cuja tradução, em Portugal, nunca se chegou a concretizar.

José Amado Mendes

Viviane FORRESTER, *Horror Económico*, Lisboa, Terramar, 1997, 179 p.

Se, após a leitura do livro *Horror Económico*, me fosse perguntado, qual a sensação que dele me restava, responderia, sem hesitação, que me sentia como se tivesse sido permanentemente abanado. Este livro não deixa, de facto, ninguém indiferente. A cada passo, a autora agarra e provoca o leitor, com base num dis-